

# Saulo pede 4 dias para derrotar Cabral

BRASÍLIA — O consultor-geral da República, Saulo Ramos, nega que venha participando diretamente do preparo das emendas do *Centrão*, mas sorri ao dizer que, se lhe pedirem, "em quatro dias faz um projeto melhor que o do Cabral". Saulo se refere ao projeto da Comissão de Sistematização com palavras duras. Chama-o de "projeto da falência" ou de "Roberta Close", quando aponta paradoxos no capítulo que trata do papel do Estado na economia.

"O *Centrão* é uma reação ao extremismo da Sistematização, que reflete o conservadorismo da sociedade brasileira no campo da ordem econômica", afirma o consultor. Segundo ele, os constituintes que integram o grupo estão consultando juristas para a elaboração de emendas que corrijam os extremismos e os erros

técnicos. Saulo Ramos nega que venha colaborando com o *Centrão*, mas ao ser indagado sobre um projeto de Constituição atribuído a ele, a ser apresentado para votação em plenário, sorri desconcertado: "Não é meu, mas é uma boa idéia."

**Discriminação** — Entre os erros técnicos do projeto da Comissão de Sistematização, ele cita a proibição de pagamento de salários diferenciados por razões de sexo, raça e cor. Com essa colocação, o projeto permite que haja discriminação por idade e escolaridade, por exemplo. Para o consultor, o texto deveria impedir diferenças de salário por qualquer motivo, não devendo haver especificações.

A definição de empresa nacional é "fraquíssima", diz Saulo. Pelo projeto de

Bernardo Cabral, para ser considerada nacional basta que a empresa tenha sede no país e que seja domiciliada no Brasil a pessoa que detiver seu controle acionário. Se isso favorece por um lado as empresas controladas por estrangeiros que moram no Brasil, pode criar situações esdrúxulas, como seria o caso de um presidente brasileiro de empresa nacional que decidisse morar em outro país. A partir daí, sua empresa seria considerada estrangeira.

Saulo Ramos acha que a melhor definição seria considerar empresa nacional a que é constituída e submetida à jurisdição do país, destacando-se as atividades em que o capital deve ser exclusiva ou majoritariamente brasileiro. "A pro-

teção deve ser dada ao capital nacional, não à empresa nacional", argumenta o consultor.

O projeto de Cabral parece com "Roberta Close", na opinião dele, quando apresenta normas que estatizam a economia, mas sem deixar de optar pelo capitalismo. Saulo critica também a hostilização ao capital estrangeiro, promovida, segundo ele, desde a Comissão Afonso Arinos, que preparou um anteprojeto de Constituição. O resultado disso é que não houve qualquer investimento estrangeiro novo no país, durante o governo Sarney. "Estamos raciocinando com o nacionalismo de 1920", afirma.

A própria legislação se incumbiria de limitar a remessa de lucros com maior eficiência que atualmente.